

Biodiversidade e soberania...

Uma verdadeira avalanche de informações relativas a contratos e convênios de exploração do imenso potencial da cobiçada biodiversidade brasileira vem sendo veiculada pela mídia escrita. Vêm-se acumulando relatos e depoimentos – não tão recentes – denunciando a “pirataria” sofrida por nossas reservas naturais, com destaque para a vegetal, para ficarmos só nessa.

Naquele Brasil longínquo, mais bonito, mas afastado do poder – o Amapá e arredores servem de exemplo – a predação internacional, orquestrada por empresas transnacionais, travestidas de interesses inconfessáveis, apropria-se de tudo: de amostras vegetais, de solo, de microorganismos, com objetivo de prospecção do potencial econômico de nossas riquezas inexploradas.

Na defesa de nossa soberania, a missão do governo deve passar, obrigatoriamente, pela proteção do cobiçado e imenso patrimônio natural do país. Para tanto, faz-se mister o implemento de ações programadas, capazes de assegurar a “posse” efetiva de nossas riquezas, via viabilização do benefício econômico a toda sociedade brasileira que, hoje, de tão discriminada, pouco usufrui das bênçãos com que foi contemplada pelo “lado brasileiro de Deus”. As reais motivações da omissão governamental causam-nos não só dúvidas mas, também, grande preocupação. Tal omissão talvez possa, por um lado, ser atribuída à total desinformação acerca do impacto planetário desta problemática e, por outro lado, estar ligada – e isto afigurasse-nos como mais grave ainda – a compromissos assumidos com o capital internacional, via “gerentes de fachada”.

Julgamos importante que a comunidade científica e, em especial, a química, supostamente melhor informada sobre o assunto do que a maioria da população brasileira, se una na construção de uma reflexão madura sobre esta temática, firmando um posicionamento inequívoco que venha a dificultar e, no limite, até a impedir, se necessário for, a expansão de investimentos estrangeiros lesivos aos interesses nacionais.

Grande parte desta questão passa pelas Instituições de Ensino e Pesquisa, sobretudo pelas universidades federais, cujas dificuldades financeiras são sobejamente conhecidas e vivenciadas por uma parcela importante altamente significativa de nossa comunidade. Tal situação, a pretexto de um suposto enxugamento da máquina pública, tem inviabilizado a atuação do pessoal competente e qualificado que compõe esta comunidade, dada a insuficiência de fomento, de condições de trabalho, de valorização profissional, na tentativa de, mais uma vez, configurar um cenário que tenta desqualificar a comunidade científica universitária como não tendo condições de aportar soluções, apontar direções para o problema, deixando o caminho livre para que se legitime esta forma de apropriação programada dos bens naturais.

Não temos dúvida de que existem no país competências acadêmico-científicas e empresariais capazes de viabilizar a exploração sustentável de nossas riquezas naturais - com retorno à nação - contrastando com a vontade política expressa pelas atuais ações governamentais. Frente ao contraditório, o diálogo e a discussão têm sido substituídos pela tática da desqualificação da opinião contrária.

É preciso, é urgente ficarmos atentos, de olhos abertos, uma vez que têm sido sistematicamente forjadas máximas mentirosas, só com o objetivo de inculcar na opinião pública o sentimento de que somos incapazes e insuficientes para tratar desta questão criando, assim, um clima de aceitação tácita que venha a validar a “associação” com os *big shots* do capital estrangeiro.

*Eliezer J. Barreiro - FCF/UFRJ
Oswaldo Luiz Alves - IQ/UNICAMP*